



**UNIDADE
CLASSISTA**
Petroleiros RJ

TESES PARA O CONGRESSO 2023

INTRODUÇÃO

No dia 24/06 ocorrerá o congresso anual do Sindipetro-RJ. O primeiro congresso após sete anos de governos ultraliberais que atacaram sistematicamente os direitos dos trabalhadores enquanto bradavam que esses não passavam de privilégios. Nesse período a Petrobrás se colocou abertamente em oposição aos interesses dos seus funcionários, fechando os canais de diálogo e arrancando benefícios. O aparente fim desse período nefasto representa, mais que uma vitória, uma grande oportunidade de luta para a categoria: é hora de retomarmos nossos direitos! Após anos sem sequer terem acesso aos prédios da companhia, representantes do sindicato passaram a fazer parte de GT's que se propõem a ouvir as demandas da categoria. Ainda que claramente cosmética, essa medida revela o interesse da nova gestão de se apresentar como aliada dos trabalhadores e a oportunidade de pressionarmos para que nossas demandas não sejam só ouvidas, mas atendidas.



Infelizmente, a Petrobrás não passou ilesa pelos governos ultraliberais. Não conseguimos resistir à contaminação pela lógica do lucro e a empresa passou a atuar como mais uma companhia privada de petróleo.



OS ATAQUES DURANTE O CONSÓRCIO TEMER-BOLSONARO

Anos de gestão petista, marcada por avanços graduais em direitos e acordos de cúpula com dirigentes sindicais, afastaram os trabalhadores da mobilização e fortaleceram a visão dos sindicatos como um mero escritório de serviços que recebe e trata as demandas da classe de forma distante e autônoma. Diante desse cenário de desmobilização, a chegada ao poder de governos privatistas e intimamente associados à parcela rentista da burguesia foi capaz de promover retrocessos de direitos históricos e a dilapidação do patrimônio nacional.

Após o golpe contra Dilma em 2016, Temer implementou diversos retrocessos em nome da “Ponte para o Futuro”. Um futuro sem direito à aposentadoria – prejudicado na Reforma da Previdência em 2017 – e sem qualquer soberania nacional - atacada com a implantação do PPI na Petrobras, os processos de privatização de estatais e a aprovação do teto de gastos. Em 2018, Bolsonaro foi eleito e promoveu a “superministro” da Justiça, um dos principais responsáveis por sua eleição. Sérgio Moro foi recompensado por liderar uma investigação parcial que tirou da disputa o candidato que liderava as pesquisas: Lula. A partir de 2019 vimos o aprofundamento da política econômica de Temer ser liderado por um ministro da economia comprometido com os interesses especulativos do mercado financeiro. Em quatro anos de governo Bolsonaro-Guedes, sofremos diversos ataques, desde a aprovação da reforma da previdência até a privatização de diversas estatais.



O papel de desenvolvimento nacional deu lugar à distribuição de dividendos e o lema do poço ao posto(e) foi substituído por uma proposta de extrativismo entreguista que rebaixou o petróleo nacional a mais uma peça da especulação internacional. Além das mudanças na gestão estratégica, houve privatizações de refinarias, gasodutos essenciais, fábricas de fertilizantes, BR distribuidora, campos terrestres e de águas rasas, etc. De indutora de crescimento nacional, a maior empresa da América Latina passou a fantoche dos especuladores. Desde Temer a política de preços da companhia colaborou, e muito, com a inflação no país, enquanto remessas criminosas de dividendos eram enviadas para o exterior.

Enquanto isso, nós trabalhadores petroleiros sofremos com anos de reajuste zero ou abaixo da inflação, redução da PLR para o teto de um salário, degradação absurda da qualidade e elevação de custos do plano de saúde AMS, desestruturação do plano de carreiras, imposição do PED sufocante na Petros etc.

As marcas de uma gestão inimiga dos trabalhadores foram duramente sentidas pelos entrantes. Exames admissionais agendados com prazos exíguos e deslocamentos desnecessariamente longos. Comunicação ambígua e opaca. Redução de 30 para 15 dias de estada em hotel. Extinção do APTT. Esses foram alguns dos ataques cometidos pelo RH durante o processo de admissão de novos funcionários, tudo sob a justificativa de economizar recursos do caixa da companhia. O desrespeito foi tamanho que mesmo em meio ao êxtase de ingressar na maior empresa do país, os novos empregados se organizaram sob a demanda da volta do APTT para pleitear a retomada de benefícios historicamente concedidos.

O FUTURO À VISTA

A derrota do bolsonarismo nas urnas - pelo menos na eleição presidencial - foi motivo de grande alívio e alegria para todos que repudiavam esse projeto negacionista e genocida. Não podemos, porém, deixar que o alívio se transforme em desmobilização. O governo Lula emerge de uma grande frente ampla que almeja conciliar interesses antagônicos e fará isso em conflito com as manobras de Arthur Lira e Campos Neto. Nesse ambiente, os trabalhadores organizados têm um papel fundamental, não como suporte automático ao governo, mas como elemento de tensionamento constante. Não podemos repetir erros do passado e permitir que políticas adesistas enfraqueçam pautas da categoria em prol da governabilidade. Nossos interesses precisam ser defendidos por nós! Somente assim o governo manterá seu vínculo democrático, o elemento mais importante para sua estabilidade diante dos conflitos que, inevitavelmente, virão. Não devemos, porém, negar as oportunidades de diálogo que voltaram a existir depois de nefastos anos. Elas devem ser muito bem aproveitadas e utilizadas estrategicamente para o avanço das pautas definidas pela categoria.

Manter a independência diante do governo é algo imperativo, mas fazer oposição incondicional é algo irresponsável. Em síntese, devemos: Avançar onde for possível. Criticar onde for necessário.



ANISTIA E LUTA CONTRA O ASSÉDIO E OPRESSÕES

Antes de tudo, a anistia é um ato político que é conquistado por homens e mulheres organizados através da luta de classes, na busca por uma reparação a partir de uma injustiça cometida em nome e a serviço do capital. A memória, justiça e reparação contra arbitrariedades e a barbárie dos poderosos deve ser uma luta e um desafio de todos os brasileiros que valorizam a liberdade, cultivam o respeito, abominam o racismo, a ignorância, o medo, o ódio, os preconceitos, a exploração e as opressões sociais.

Particularmente, a anistia foi uma das principais bandeiras de luta das oposições ao regime empresarial-militar instaurado no Brasil em 1964, conquistando através de muitas lutas populares a lei 6683/79, ainda em plena ditadura, àquela altura decadente, envolta em crises e escândalos. No caso da Petrobrás, os trabalhadores à época de 64 que foram perseguidos, demitidos e torturados, amargaram um longo período longe dos seus sonhos de ver e construir uma empresa cem por cento Estatal e sob o controle dos trabalhadores.



No entanto, essa luta não deve se restringir ao período histórico dos tenebrosos anos de chumbo. Ainda hoje, há episódios recorrentes de perseguição e assédios de todo tipo, podendo levar a situações de adoecimentos, depressão, pânico, nas vítimas do processo, ou sanções, e até mesmo demissões injustas ou arbitrárias, muitas vezes por motivação

política direta (casos de represália contra denúncias) ou indireta (por exemplo, as demissões em massa decorrentes das absurdas privatizações).

Anistia não é dádiva, mas sim conquista. Nossa proposta é que se reintroduza no Acordo Coletivo de Trabalho dos petroleiros a Comissão Paritária de Anistia.

PLANO DE AÇÃO: REORGANIZAR A CLASSE

As grandes mobilizações são fundamentais, mas não resolvem todo problema. Há que se cuidar dos momentos entre as mobilizações e do longo prazo.

Para isto, não basta se apresentar como direção, mas é necessário construir elos orgânicos com o movimento real da classe trabalhadora. Não existem atalhos na luta de classes, o movimento deve ser construído de baixo para cima, no dia a dia, nos bairros, nos movimentos populares e nos sindicatos, com panfletagens, atividades politizantes e elevação do grau de participação e organicidade da militância.

Para além de todas essas iniciativas, uma meta prioritária é a retomada de agitações, paralisações e greves em categorias, de forma ascendente, visando a construção de uma greve geral. Afinal, a greve é ainda a ferramenta mais potente de classe para fazer efeito na correlação de forças políticas, uma vez que gera prejuízos para a burguesia.

Para que tudo isso seja conquistado, deve haver iniciativas políticas nacionais unificadoras, capazes de reaglutinar lutadores e permitir não somente um profundo e amplo debate, mas a reconfiguração das ferramentas de representação da classe trabalhadora e dos movimentos reivindicatórios.

O Fórum Sindical, Popular e de Juventude de lutas por Direitos e Liberdade Democráticas se apresenta como espaço que carrega em si essa capacidade de aglutinação, sem sectarismo, dos mais amplos setores e correntes classistas.

A fragmentação das centrais sindicais é algo flagrantemente contrário às lutas, um verdadeiro empecilho organizativo. Cada central hoje é mais identificada com partidos ou organizações específicas do que com a própria classe, que não se reconhece representada plenamente em nenhuma delas.



Esse cenário torna prioritária a realização de um ENCLAT, um grande encontro da classe trabalhadora, capaz de juntar os militantes sindicais com o intuito de reconfigurar essas representações, buscando que dessa profunda discussão saia uma grande novidade organizadora e unificadora das lutas sindicais. Essa é uma condição fundamental para a construção efetiva da greve geral, uma vez que a mera existência de várias centrais dissipa e desalinha energias e gera o efeito de cada organização priorizar “puxar a brasa para a sua sardinha”.

É tarefa da FNP compor democraticamente os espaços de luta com pluralidade e capilaridade na categoria, promover a participação no Fórum Sindical, Popular e de Juventude e ser uma agente de construção do ENCLAT, para demonstrar seu compromisso histórico com a luta classista e para encorajar as demais categorias a ingressar nesse projeto de necessária reorganização da classe.

Na nossa categoria, também deve haver mecanismos de busca de unificação para potencializar lutas. É imperativo o movimento sindical petroleiro buscar construir pauta e mesa únicas, abrangendo as bases das duas federações, no processo de luta do ACT, por exemplo.

PROGRAMA DE LUTAS – EM DEFESA DA PETROBRÁS 100% ESTATAL E A SERVIÇO DA MAIORIA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA (TRABALHADORES):

- Reversão das privatizações efetuadas - Auditoria já sobre os processos escusos de privatização recentes!



- Recuperação da estratégia de uma Petrobrás como empresa Integrada de Energia;
- Transição para o regime de monopólio estatal da exploração, produção, refino, petroquímica e distribuição;
- Retirada das ações da Petrobrás das bolsas de valores estrangeiras, visando o resgate da soberania energética do Brasil;
- Fim definitivo do PPI ou outras políticas de precificação artificialmente altas, que têm sacrificado a população com valores estratosféricos de combustíveis, gás de cozinha e outros derivados de petróleo;
- Investimento e ampliação da capacidade de produção das refinarias. Contra a ociosidade das plantas, pela conclusão de obras inacabadas e pela retomada de novos projetos nessa área;
- Investimentos em energias alternativas (solar, eólica, de maré) e biocombustíveis, aumentando a diversificação, soberania e segurança energética e diminuindo os impactos ambientais, através de destinação de percentual do lucro da produção para este fim;
- Gestão da Petrobrás com transparência, democracia e constante fiscalização, tanto pela força de trabalho quanto por mecanismos de controle social a serviço do interesse da população brasileira, desde o planejamento de gestão e estratégia até a execução, a fim de evitar concentração da renda petroleira, corrupção, nepotismo, apadrinhamento, demissões injustificadas;
- Estabelecimento de mecanismos de escolha e avaliação das lideranças por parte da categoria e a instauração de critérios de remuneração justos e transparentes para os quadros técnicos e de liderança;

- Ampliação da responsabilidade social e trabalhista com relação a serviços e obras ao encargo de empresas contratadas, com fomento da cultura de segurança (através de cláusulas contratuais que garantam um nível de preocupação com SMS, de capacidade técnica e de robustez para execução de obras);
- Garantia da responsabilidade social e ambiental em obras ou zonas de atuação considerando e consultando as comunidades afetadas;
- O crescimento da produção deve ser orientado à capacidade de refino, de modo a permitir a exportação prioritariamente de derivados, uma vez suprido o consumo interno (para romper com a lógica de exportação de matéria-prima e importação de produtos industrializados);
- Petróleo (e derivados) e energia devem servir como elementos de integração da América Latina, com viés de desenvolvimento econômico e social, e não meramente mercadológico.

Prioridade de exportação/importação, quando necessário, aos países desta região. Desdolarização das transações;

- O conteúdo local deve ser resgatado e aperfeiçoado, para valorização das indústrias nacionais. Deve ser alvo de ampla fiscalização e aplicado a todas as etapas (Ex.: matéria-prima, siderurgia, metalurgia etc.);
- Prioridade de investimento de grande porte do BNDES, CEF e BB em empresas estatais;
- Renda das riquezas naturais direcionada para os direitos sociais e ambientais, verba pública para instituições públicas. Somos favoráveis à iniciativa de royalties do Pré-sal dedicados à Educação e Saúde, porém estes recursos não podem ser drenados para os cofres de empresas privadas da área educacional, de saúde ou construtoras;
- Criação de empresas estatais de serviços e tecnologias petrolíferas (sondas, exploração, engenharia e construção, logística, estaleiros etc.), que devem ser fomentadas pela renda petrolífera. Prioridade total de contratação dessas;
- Operação de navios de apoio offshore e sondas pela Transpetro, cessando dessa forma, o pagamento de afretamentos a preços altos para o setor privado e internacional;
- Substituição do PPP (Prêmio por Performance) e reabertura das mesas de negociação pela PLR equânime e sobretudo a reposição e crescimento dos salários incorporando a estes os ganhos oriundos da elevação da produtividade dos trabalhadores;
- Pela garantia de uma assistência médica de qualidade, gerida 100% pela Petrobrás e que assegure

- qualidade para os empregados da ativa e os aposentados, de forma gratuita e ilimitadas para seus dependentes. A AMS pertence aos interesses dos empregados e aposentados e não ao mercado de saúde exploratório;
- Que a Petrobrás pague o que comprovadamente deve à Petros, para não onerar os participantes com os sufocantes planos de equacionamento;
- Quanto ao CNCL: redução na carga de trabalho e abertura de novos consoles; garantia de treinamentos adequados com visitas técnicas periódicas para a operação; transparência e participação dos trabalhadores na distribuição de ônus e bônus dentro do setor; garantia de manutenção e reajuste do adicional de mestra nacional; reversão imediata das sanções impostas aos participantes do último movimento grevista; rediscussão da tabela de turno.
- Fim da terceirização irrestrita das atividades constantes nos planos de cargo e salário, com garantia de efetivo operacional.
- Realização de fórum nacional de petroleiros próprios e terceirizados na indústria de gás e energia;
- Retorno de efetivo fundo garantidor dos contratos.



NESTE DOCUMENTO EXPRESSAMOS UMA PARTE CONSIDERÁVEL DAS NOSSAS IDEIAS, MAS HÁ AINDA MUITO MAIS A SER DITO.

A VERSÃO COMPLETA DE NOSSAS TESES, PARA QUEM SE INTERESSE, PODE SER ENCONTRADA ESCANEANDO ESTE QR CODE COM A CÂMERA DO SEU CELULAR.